

RELATÓRIO E CONTAS

16



Seguramos Consigo

mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS

16

mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Pág. Índice

05	1. Introdução
06	2. Enquadramento Histórico
09	3. Análise da Atividade e da Posição Financeira
12	4. Proposta de Aplicação de Resultados
13	5. Expetativas Futuras
	5.1 Cenário Macroeconómico
	5.2 Evolução previsível da Sociedade
17	6. Outras Informações
18	7. Considerações Finais
19	8. Anexo ao Relatório de Gestão
21	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
	1. Identificação da entidade
	1.1 Dados de identificação
	2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
	2.1 Referencial contabilístico utilizado
22	3. Principais políticas contabilísticas
	3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
24	4. Fluxos de caixa
	4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários
24	5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
	5.1 Resumo dos efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros.
24	6. Partes relacionadas
	6.1 Identificação das partes relacionadas
25	7. Ativos intangíveis
	7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
	7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.
25	8. Ativos fixos tangíveis
	8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis
	8.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.

- 26 9. Locações**
- 9.1 Locações financeiras - locatários
 - 9.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações
- 27 10. Impostos e contribuições**
- 10.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento
 - 10.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições
- 28 11. Instrumentos financeiros**
- 11.1 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
 - 11.2 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.
- 29 12. Divulgações exigidas por diplomas legais**
- 12.1 Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas
 - 12.2 Informação por atividade económica
 - 12.3 Outras Contas a Receber
 - 12.4 Outras Contas a Pagar
 - 12.5 Outros Gastos e Perdas
 - 12.6 Fornecimentos e Serviços Externos
 - 12.7 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade
- 33 13. Divulgações adicionais para as entidades de interesse público**
- 13.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas
 - 13.2 Impostos em Mora
 - 13.3 Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2016
- 34 14. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dezembro**
- 14.1 Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dez.

(Decreto-Lei 144/2006, de 31 de Julho e Norma Regulamentar n.º 17/2006-R do Instituto de Seguros de Portugal). Corretor de seguros desde 27 de Janeiro de 2007 sob o número 607223921/3, verificável em www.isp.pt. O mediador de seguros não assume a cobertura de riscos. A MSE – Corretores e Consultores de Seguros, SA, NIPC 501 158 200, tem a sua sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, nº 51 – 7º E, 1050-120 LISBOA, telef.: +351 210 998 406 e com o capital social de €50.000,00.

1. Introdução

A MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A., com sede social em Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 51 - 7º E, com um capital social de €50.000,00, tem como atividade principal Outras atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento Económico

Em 2016, a tendência de abrandamento da economia mundial acentuou-se, com o Produto Interno Bruto (PIB) global a crescer 3,1%, de acordo com a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que compara com um crescimento de 3,2% em 2015 e 3,4% em 2014. Esta tendência reflecte comportamentos divergentes dos principais blocos económicos. Embora as economias avançadas tenham verificado um menor dinamismo, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA), onde o crescimento do PIB foi o mais fraco desde 2011, nas economias emergentes pouco se alterou o ritmo de crescimento. Esta evolução deveu-se sobretudo à China, que beneficiou de políticas de estímulo à actividade, em contraste com países como a Rússia e o Brasil, que se mantiveram numa maré de recessão. A política monetária seguiu rumos diferenciados nas principais geografias, embora sem grandes modificações.

Não obstante o enquadramento externo incerto, Portugal conseguiu manter o processo de recuperação económica e de consolidação das finanças públicas e das contas externas.

Em 2017, a inversão da tendência de desaceleração da economia mundial está sujeita a um conjunto de imponderáveis globais que poderão pôr em causa a sua materialização.

Em 2016, a inflação mundial permaneceu em valores inferiores a 3,0%, de acordo com a estimativa do FMI, influenciada pela evolução do preço do petróleo, que se manteve, em boa parte do ano, em níveis baixos.

No cômputo do ano de 2016, o desempenho dos mercados financeiros globais revelou-se positivo, não obstante a instabilidade internacional.

Durante 2016, a área do euro enfrentou um importante conjunto de desafios económicos e políticos. De destacar, a nível interno, a incerteza inerente ao processo de saída do Reino Unido da UE, e a nível externo, a conjuntura de fraco crescimento da economia mundial. Neste contexto, as exportações denotaram uma desaceleração expressiva e o investimento manteve-se fragilizado, tendo sido o dinamismo do consumo privado, num quadro de melhoria do mercado de trabalho e de reduzidos níveis das taxas de juro e dos preços da energia, determinante para a expansão da actividade económica na área do euro, que se cifrou em 1,7%, face aos 1,9% registados em 2015. Em 2016, a taxa de inflação foi marginalmente positiva (0,2%), mas segundo a CE deverá retomar níveis próximos de 2,0% em 2017, reflectindo a expectativa de prolongamento das tendências recentes de encarecimento do preço do petróleo e de depreciação do euro.

Em 2016, a taxa de crescimento da economia portuguesa reduziu-se de 1,6% para 1,4%, fundamentalmente traduzindo a retracção do investimento, o qual interrompeu a tendência de recuperação delineada entre 2014-2015. Em contraste, o consumo privado deverá ter-se mantido robusto e a procura externa líquida poderá ter tido um contributo menos negativo do que em

2015, beneficiando do forte dinamismo do turismo. Este último factor terá sido igualmente determinante para a melhoria do mercado de trabalho, que se traduziu no aumento dos salários e na criação de emprego a um ritmo superior a 2015.

A CE prevê que a actividade económica em Portugal acelere para 1,6% em 2017, suportada pela retoma do investimento, bem como pela continuação da trajectória de expansão do consumo.

A nível interno, o processo de consolidação do sector bancário poderá ter efeitos adversos na estabilidade. A nível externo, os riscos políticos, dentro e fora da Europa, poderão ter um impacto negativo na procura externa e na evolução dos mercados financeiros globais, com efeitos prejudiciais para as envolventes real e financeira da economia portuguesa.

Em 2016, a taxa de inflação média anual em Portugal foi 0,6%, 0,4 p.p. acima da média da área do euro e o valor mais elevado dos últimos quatro anos.

Em 2017, a inversão da tendência de queda do preço do petróleo e o aumento dos impostos sobre alguns bens previsto no orçamento de estado deverão contribuir para a subida da taxa de inflação, que a CE estima que venha a ser de 1,3%.

..... O mercado segurador nacional

No ano de 2016, o volume da produção de seguro directo em Portugal foi superior a 10,8 mil milhões de euros, reflectindo um decréscimo de 14,4% face ao valor verificado em 2015.

Efectuando uma análise por ramos, o ramo Vida registou uma quebra de 23,3% e os ramos Não Vida apresentaram um crescimento da produção de 4,9% face a 2015.

O ramo Vida manteve a tendência decrescente do ano anterior, sendo que dentro deste ramo os planos de poupança reforma (PPR), embora tenham decrescido cerca de 9,6%, registaram um aumento de 3,9 pontos percentuais no seu peso (25,8% em 2016 e 21,9% em 2015).

Para a referida evolução dos ramos Não Vida, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (9,5%), Incêndio e Outros Danos (1,6%) e Automóvel (3,5%). Com grande relevância no ramo Acidentes e Doença, sobressai o crescimento de Acidentes de Trabalho pelo terceiro ano consecutivo (12,2% em 2016).

No que respeita à estrutura do mercado das empresas de seguros, registaram-se duas fusões, uma de quatro empresas, outra de duas, e a constituição de uma empresa de seguros.

Estes movimentos societários resultam em termos práticos no mercado que, a Fidelidade Seguros embora apresente uma taxa de crescimento de -7,4%, abarca 32,4% de quota de mercado, mantendo-se como líder no ranking nacional.

A junção de dois seguradores com peso considerável no mercado nacional, a saber, a Tranquilidade e a Açoreana, agora denominadas Seguradoras Unidas traduzem a sua actividade numa quota de mercado nos ramos não vida de 15,2%.

Esta redução na diversidade de entidades seguradoras, esmaga ainda mais, a reduzida capacidade de resposta às necessidades cada vez mais exigentes e complexas dos clientes corporativos e, de alguma forma, também, dos clientes particulares.

A exígua oferta de produtos diferenciados que disponibilizem coberturas e garantias mais abrangentes e inovadoras, tem constituído um desafio e uma batalha diária para a actividade em geral.

.....
A MSE Seguros

Seguindo uma tendência natural no desenvolvimento da sua actividade, a MSE Seguros no exercício de 2016, voltou a registar uma tendência de crescimento nos diversos vectores de suporte de que são exemplo o número de apólices em cerca de 30% e o volume de produção emitida e cobrada 14,8%.

Por outro lado, procedeu-se a uma profunda reestruturação da sociedade, com especial enfoque na área de recursos humanos, medidas que nos permitiram alcançar resultados de exploração bastante mais consentâneos com os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano.

O reforço da actividade comercial no segmento Corporate, a implementação de medidas de acerto de resultados técnicos relativamente ao negócio Mais Táxi, a aposta contínua no segmento de affinities e particulares com base de sustentação e alargamento da carteira da sociedade, encontram-se espelhados nos resultados do exercício.

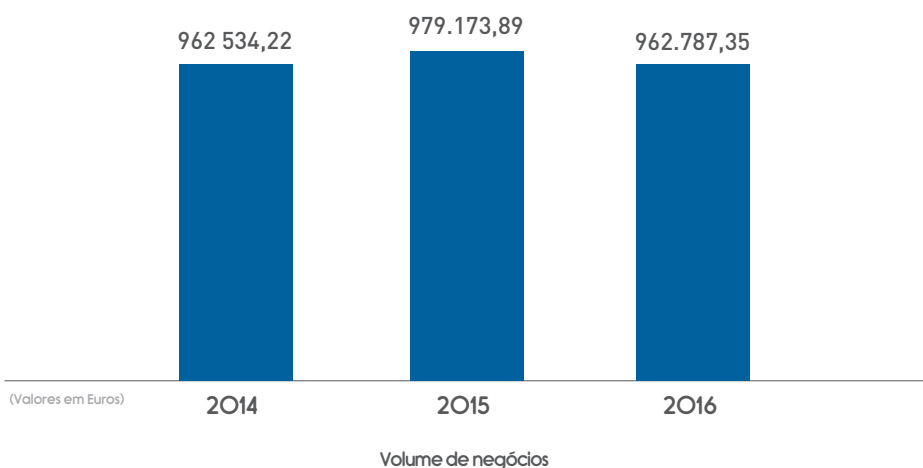
No decurso do próximo exercício, a MSE Seguros irá implementar novas medidas de acerto e correcção tendo em vista realinhar a sociedade com os objectivos traçados pela Administração. Todos estes passos serão executados de forma cadenciada, profissional e organizada mantendo sempre uma visão objectiva e a optimização dos resultados.

3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de €962.787,35, representando uma variação de (1,67)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações de Serviços



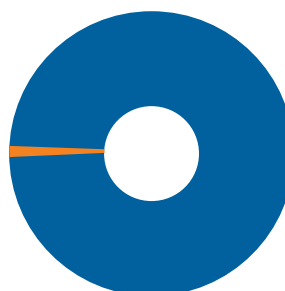
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Rendimentos

(Valores em Euros)

Prestação de Serviços ●
€962.787,35

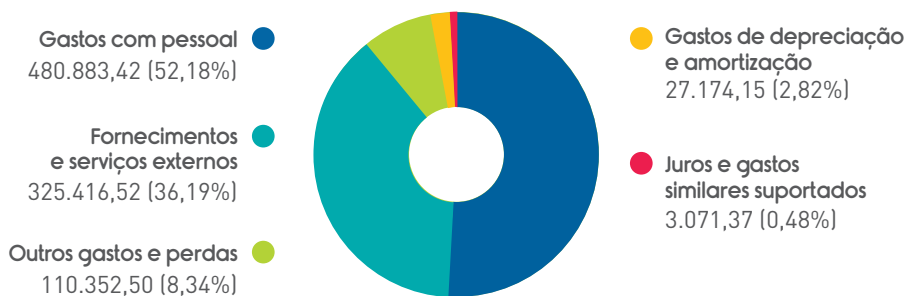
Outros Rendimentos ●
€19.149,24



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Estrutura de Gastos 2016

(Valores em Euros)



Estrutura de Rendimentos

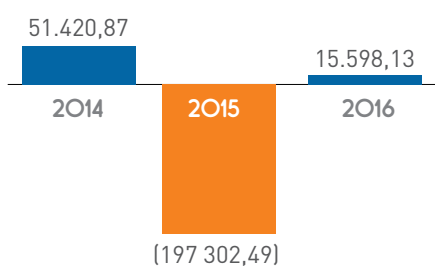
(Valores em Euros)

RUBRICAS	2016	2015	2014
Gastos com Pessoal	480.883,42	605.823,09	494.106,96
N.º Médio de Pessoas	17	18	16
GASTO MÉDIO POR PESSOA	28.287,26	33.656,84	30.881,69

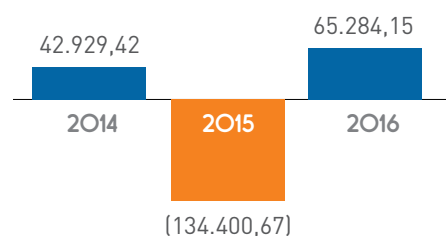
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

Resultado Líquido

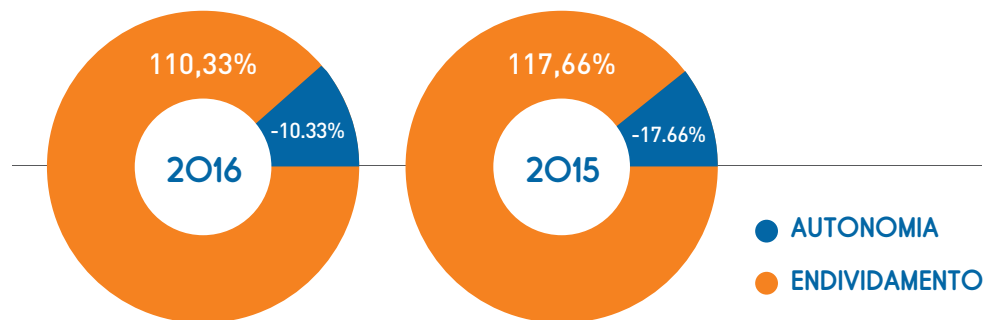
(Valores em Euros)



EBITDA



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Estrutura do Balanço

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	229.544,50	16%	269.129,69	28%
Ativo corrente	1.243.406,78	84%	680.578,18	72%
Total ativo	1.472.951,28		949.707,87	
	2016		2015	
Capital próprio	(152.149,64)	-10%	(167.747,77)	-18%
Passivo não corrente	35.282,23	2%	143.369,07	15%
Passivo corrente	1.589.818,69	108%	974.086,57	103%
Total Capital Próprio e Passivo	1.472.951,28		949.707,87	

(Valores em Euros)

4. Proposta de Aplicação dos Resultados

A MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 15.598,13€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Aplicação de Resultados	2016
Resultados Transitados	15.598,13

(Valores em Euros)

5. Expetativas Futuras

5.1 Cenário macroeconómico

Para 2017 e 2018, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expetativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2017, se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2017-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

O Banco de Portugal, no seu Boletim de Dezembro de 2016, projeta que, a partir do final de 2016, e ao longo do horizonte de projeção (2017-2019), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas, com estabilização nos períodos de 2018 e 2019 (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2017, 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia

portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2017, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2017, o Governo antevê uma taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2016, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais estremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Nesta fase de análise não se pode deixar evidenciar o esforço, o rigor e a eficácia das medidas definidas pela Administração da sociedade e que se encontram bem patentes nos resultados EBDITA 2016 de € 65.284,15 em contraste com o mesmo indicador em 2015 de € 134.400,67 negativos.

Do mesmo modo e acompanhando o clima de evolução positiva da economia nacional, a MSE Seguros encerrou o exercício de 2016 com um resultado operacional positivo antes de impostos de € 35.083,63, o que reflecte uma melhoria significativa relativamente ao ano de 2015, quando a MSE registou valores antes de impostos de € 172.684,45 negativos.

Por outro lado, o resultado líquido do exercício de € 15.598,13, corresponde, igualmente, a um importante incremento dos resultados do exercício quando comparado com o ano de 2015, em que aquela rubrica registou € 197.302,49 negativos.

Esta evolução positiva relativamente ao exercício anterior espelha, por um lado, o trabalho desenvolvido ao nível comercial e, por outro, o resultado da reestruturação operada na sociedade, como vaticinado no ponto 5.2. do relatório de gestão do ano de 2015.

Cumpre nesta rubrica lembrar que a lentidão do sistema judicial português não nos permitiu, por enquanto, encerrar o processo de recuperação da verba de € 140.000,00, estando, agendado o julgamento para o ano de 2017.

Tendo em vista a rentabilidade técnica do negócio Mais Táxi, houve necessidade de se proceder a alguns acertos tanto de prémios como de comissões, o que conduziu, por um lado, a uma redução do volume do comissionamento e, por outro, a um incremento do número de transferências de contratos para outras congéneres, as quais apresentavam tarifas mais reduzidas.

Não obstante, o negócio Mais Táxi, continua a manter o seu peso e importância na carteira de negócios da sociedade, o que comprova, uma vez mais, a boa aposta da Administração neste segmento de mercado.

No âmbito da parceria estabelecida com o corretor espanhol ARTAI, foram desenvolvidos diversos negócios, os quais, contribuíram para os bons resultados alcançados no exercício.

A aposta nos negócios obtidos por via de contratação pública constituíram, igualmente, uma fonte de receita considerável no global dos resultados do exercício.

Ao nível da gestão corrente da sociedade, foram aplicadas diversas medidas de correcção e de restrição da despesa, sendo as mais evidentes e com maior impacto as acções directamente relacionadas com os recursos humanos, tendo o quadro de pessoal sido adaptado às necessidades da sociedade, repondo deste modo rácios de rentabilidade indispensáveis à consolidação das contas da sociedade.

No que diz respeito ao desenvolvimento da empresa no próximo exercício, foram estabelecidas novas medidas de desenvolvimento, as quais constituem uma mudança no modo como a MSE Seguros se apresenta perante o mercado.

A aposta para 2017 direcciona-se indubitavelmente para o mercado de retalho, sendo este o foco dos nossos esforços e objectivos, não descurando, nunca, a nossa carteira de actuais clientes corporativos e todos os demais que constituem uma base de sustentabilidade forte e poderosa.

No que se refere ao capital próprio da sociedade, que à data do encerramento das contas, se encontrava negativo em € 152.149,64 não obedecendo aos condicionantes previstos no artº 35º do CSC, foi deliberado proceder ao seu reforço pelo valor de € 180.000, a realizar em dinheiro com a entrada de um novo acionista, operação a formalizar na Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2016.

Finalmente, reiteramos os propósitos base e de suporte pelos quais a MSE Seguros sempre se pautou, na defesa dos valores de transparência, rigor, profissionalismo e, sobretudo na defesa intransigente dos interesses dos nossos clientes.

Reiteramos, igualmente, o nosso compromisso de diariamente elevar os padrões de qualidade e excelência que nos conduzem desde sempre.

Em conclusão, a Administração da MSE Seguros congratula-se pelo facto de a sociedade ter regressado aos resultados positivos independentemente dos imprevistos, contratemplos e desafios que se foram apresentando ao longo do ano, bem como se propõe alcançar e ultrapassar novos e mais desafiantes objectivos e compromissos.

Resiliência será a palavra de ordem de 2017 na MSE Seguros.

Aos nossos accionistas agradecemos o apoio e confiança demonstrados e depositados na Administração da sociedade, com o compromisso de tudo fazer no sentido de honrar as suas expectativas.

6. Outras Informações

A MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2016.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

8. Anexo ao Relatório de Gestão

1. RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1.1. Conselho de Administração

João José Pereira Baltazar Mendes	Presidente
Fernando Manuel Rodrigues Torres	Vogal

1.2. Fiscal Único

RSM & Associados, SROC nº 21, representada pelo sócio
Dr. Joaquim Patrício da Silva, R.O.C. nº 320

1.3. Suplente(S) do Fiscal Único

José Carlos Nogueira Faria e Matos - Roc nº 1034

2 - RELAÇÃO DOS ACIONISTAS COM MAIS DE UM DÉCIMO DO CAPITAL

JONUVI - Participações e Consultoria, S.A.	4.996 ações
--	-------------

Lisboa, 30 de Maio de 2017

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

15

Anexo

às demonstrações financeiras

mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.

Sede social: Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 51 - 7º E

Natureza da atividade:

Outras atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “activos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria colectável até 15.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Foram considerados em Depósitos Bancários só os saldos devedores.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
Caixa	2.505,01	9.939,85	11.788,81	656,05
Depósitos a ordem	127.338,55	8.768.823,31	8.741.480,50	154.681,36
Outros depósitos bancários				
TOTAL	129.843,56	8.778.763,16	8.753.269,31	155.337,41

(Valores em Euros)

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Resumo dos efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros.

- a) Não houve critérios de valorimetria que pudessem de algum modo afectar o resultado do ponto de vista fiscal.
- b) As amortizações não foram superiores às adequadas.
- c) O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um periodo de quatro anos contados a partir do ano a que respeitam efectivamente.

6. Partes relacionadas

6.1 Identificação das partes relacionadas

A MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A. é participada pela Sociedade JONUVI - Participações e Consultoria, S.A., NIF: 510274803, com sede na Avenida da Republica, n.º 6 - 8º Esq.º em Lisboa.

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os activos intangíveis na empresa dizem respeito a aquisição de Software.

DESCRIÇÃO	TRESPASSE	PROJETOS EM DESENV.	PROGR. DE COMPUTADOR	PROPRIED. INDUSTRIAL	OUTR. ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INT. EM CURSO	ADIANAM. AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			4.914,28					4.914,28
Amortizações acumuladas totais no fim do período			4.517,82					4.517,82
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			4.914,28					4.914,28
Amortizações acumuladas			3.220,36					3.220,36
Saldo no início do período			1.693,92					1.693,92
Variações do período			(1.297,46)					(1.297,46)
Total de aumentos								
Amortizações do período			1.297,46					1.297,46
Total diminuições			1.297,46					1.297,46
SALDO NO FINAL DO PERÍODO			396,46					396,46

(Valores em Euros)

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

No exercício de 2013 foi prolongada a vida útil dos bens registados em activos fixos tangíveis o que originou a correspondente diminuição das depreciações respectivas.

Equipamento de Transporte foi considerada uma vida útil de 8 anos que originou uma taxa de depreciação de 12,50 %.

Mobiliário Diverso foi considerada uma vida útil de 10 anos o que originou uma taxa de depreciação de 10,00 %.

Em termos de Ativos Fixos Tangíveis em Curso, consta um valor de 140 mil euros referente a um adiantamento para aquisição de um imóvel, em 2003, que se encontra suportado por um Contrato de Promessa de Compra e

Venda. Dado que a escritura de compra nunca se concretizou, a Sociedade intentou uma ação judicial contra os devedores, a qual corre os seus trâmites no Tribunal de Cascais.

É convicção da Sociedade a recuperação do valor em causa/compra do imóvel.

DESCRIÇÃO	TERRENOS E RECUR. NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTR.	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. TRANSP	EQUIPAM. ADMINIST.	EQUIPAM. BIOLÓG.	OUTROS AFT	ATF EM CURSO	ADIANTE ATF	TOTAL
Valor bruto no início			55.547,70	173.309,26	12.429,88		55.547,70	140.000,00		55.547,70
Depreciações acumuladas			19.414,32	86.038,58	11.777,49		1.353,92			118.584,31
Saldo no início do período			36.133,38	87.270,68	652,39		1.831,78	140.000,00		265.888,23
Variações do período			(5.554,77)	(31.601,16)	(652,19)		(318,57)			(38.126,69)
Total de aumentos				31.500,00						31.500,00
Aquisições em primeira mão				31.500,00						31.500,00
Total diminuições			5.554,77	69.351,16	652,19		318,57			75.876,69
Depreciações do período			5.554,77	19.351,16	652,19		318,57			25.876,69
Alienações				50.000,00						50.000,00
Outras transferências				6.250,00	0,00					6.250,00
Saldo no fim do período			30.578,61	55.669,52	0,20		1.513,21	140.000,00		227.761,54
Valor bruto no fim do período			55.547,70	154.809,26	12.429,88		3.185,70	140.000,00		365.972,54
Depreciações acumuladas no fim do período			24.969,09	99.139,74	12.429,68		1.672,49			138.211,00

(Valores em Euros)

9. Locações

9.1 Locações financeiras – locatários

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Nº CONTRATO	LOCADORA	BEM LOCADO	VALOR	OPÇÃO DE COMPRA E OUTROS DETALHES
421442	BMW Bank	Viatura Bank	19.000,01	
200425	Banco Santander Totta	Mobiliário	22.000,04	
8401057991	Peugeot Finance	Viatura Finance	30.224,74	
8401058001	Peugeot Finance	Viatura Finance	17.084,52	
103112	Mercedes-Benz	Viatura Mercedes	31.500,00	

(Valores em Euros)

9.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte e outras informações

DESCRIÇÃO	ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	PROPRIEDADES DE INVESTIM.	TOTAL	LOCAÇÕES OPERACION.
Valor Bruto		176.809,30		176.809,30	
Depreciações/Amortizações acumuladas		110.689,76		110.689,76	
Saldo no fim do período		66.119,54		66.119,54	
Total dos futuros pagamentos mínimos		45.602,23		45.602,23	
Até um ano		10.320,00		10.320,00	
De um a cinco anos		35.282,23		35.282,23	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

(Valores em Euros)

10. Impostos e contribuições

10.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Resultado antes de impostos do período	35.038,63	(172.684,45)
Imposto corrente	19.440,50	24.618,04
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	19.440,50	24.618,04
Tributações autónomas	12.857,40	24.618,04
Taxa efetiva de imposto	55,48	(14,25)

(Valores em Euros)

10.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

DESCRIÇÃO	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR PERÍODO ANTERIOR	SALDO CREDOR PERÍODO ANTERIOR
Imposto	1.524,34	19.440,50	2.132,00	24.618,04
Pagamentos por conta	1.524,34	–	2.132,00	–
Pagamentos normais	–	–	1.683,00	–
Pagamentos especiais	1.524,34		449,00	–
Imposto estimado	–	19.440,50	–	24.618,04
Retenção de imposto sobre rendimentos	–	9.987,11	2.866,67	9.687,89
Contribuições para a Seg. Social	–	8.127,10	–	12.367,88
TOTAL	1.524,34	37.554,71	4.998,67	46.673,81

(Valores em Euros)

11. Instrumentos financeiros

11.1 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	MENSURADOS AO JUSTO VALOR	MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	MENSURADOS AO CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA	RECONHECI- MENTO INICIAL
Ativos financeiros:	1.072.728,44				
Outras contas a receber	1.072.728,44				
Passivos financeiros:	1.589.070,55				
Fornecedores	38.689,01				
Financiamentos obtidos	111.039,64				
Outras contas a pagar	1.439.332,90				
Ganhos e perdas líquidos:	(2.808,61)				
De passivos financeiros	(2.808,61)				
Rendimentos e gastos de juros:	(262,76)				
De passivos financeiros	(262,76)				

(Valores em Euros)

11.2 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

No exercício de 2013 foi deliberado proceder a Prestações Suplementares de Capital no valor de €160.000,00, de forma a dar cumprimento ao Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

O capital próprio da sociedade à data de 31.12.2016 ascendia ao valor negativo de €152.149,64, não dando cumprimento ao estipulado no artº 35º do CSC. Esta desconformidade (do capital próprio não poder ser inferior a menos de metade do capital social no valor de € 50.000) será corrigida, conforme deliberado pela Administração através da entrada de um novo acionista e a realização de um aumento de capital de €180.000, operação a formalizar na Assembleia Geral de aprovação de contas do ano de 2016.

12. Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas

DESCRIÇÃO	NÚMERO PESSOAS	Nº HORAS TRABALHADAS	Nº MÉDIO DE PESSOAS PERÍODO ANTERIOR	Nº HORAS TRABALHADAS PER. ANTERIOR
Pessoas ao serviço da empresa	17	27.013,00	18	25.844,00
Pessoas remuneradas	17	27.013,00	18	25.844,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	17	27.013,00	18	25.844,00
Pessoas a tempo completo (das quais pessoas remuneradas)	17	27.013,00	18	25.844,00
Pessoas na tempo parcial (das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	17	27.013,00	18	25.844,00
Masculino	5	7.945,00	7	11.074,00
Feminino	12	19.068,00	11	14.770,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

12.2 Informação por atividade económica

DESCRIÇÃO	ACTIVIDADE CAE	TOTAL
Vendas	-	-
Prestações de serviços	962.787,35	962.787,35
Fornecimentos e serviços externos	325.416,52	325.416,52
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	-
Número médio de pessoas ao serviço	17	17
Gastos com o pessoal	480.883,42	480.883,42
Remunerações	382.519,13	382.519,13
Outros gastos	98.364,29	98.364,29
Ativos fixos tangíveis	-	-
Valor líquido final	227.761,54	227.761,54
Total das aquisições	31.500,00	31.500,00
Propriedades de investimento	-	-

12.3 Outras Contas a Receber

NOME	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
JM	261.258,13	224.507,09
NM	3.388,22	2.668,47
Jonuvi	37.944,14	37.864,14
AP	23.763,19	23.763,19
CS	18.306,51	18.306,51
NM	3.388,22	2.668,47
MF	573,96	573,96
LV	8.830,50	8.830,50
ES	2.000,00	2.000,00
MSE IMO	12.260,75	12.260,75
MC	1.332,83	1.128,83
CF	27.600,00	26.400,00
Obras Porto	1.393,38	1.393,38
MC	3.113,31	3.113,31
GP	830,00	830,00
Axa Portugal	0,00	197.989,34
Fidelidade	208.356,10	356.379,90
Açoreana	10.954,85	2.562,44
Victória	37.027,21	38.945,68
Lloyd's	5.749,03	5.749,03
Generali	4.729,64	8.133,46
Chartis	0,00	873,92
Macif	1.987,45	1.005,10
Allianz	32.977,51	4.456,54
AGA	454,40	454,40
Saude Prime	1.228,24	1.269,11
Chart	1.467,16	392,16
Liberty	4.525,35	1.786,70
Metlife	1.620,30	783,02
T-Vid	2.170,43	1.159,05
FPA	0,00	38.875,66
Grumesse	3.082,62	3.082,62
Obra – Cais 24	37.515,70	37.515,70
JBM/AXA/LUSITANIA	76.275,91	77.309,61
Accionistas Jonuvi	50.000,00	50.000,00
Senhas Refeição	180,90	641,95
Remunerações a Pagar	16.866,01	1.773,88
Kinformática	0,00	1.699,40
Chamartin	744,30	795,41
AGEAS	167.864,81	0,00
ZH Vida	25,18	0,00
Generali Vida	3.680,35	0,00
Real Vida	207,67	0,00
EC	442,40	0,00

(Valores em Euros)

12.4 Outras Contas a Pagar

NOME	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Remunerações a Pagar	55.078,70	87.339,05
Electricidade	532,64	600,76
Comunicações	0,00	2.868,97
Seguros	0,00	1.886,88
FCT	63,85	51,54
Sindicatos	3.388,22	2.668,47
AM	0,00	2.960,37
VDV	0,00	4.198,99
LG	0,00	438,83
LV	0,00	46,42
VC	0,00	424,37
EN	0,00	647,43
Zurich	45.565,05	59.559,81
Império Bonança	567.453,73	459.060,03
Lusitania	434.307,28	494.244,81
Tranquilidade	233,97	1.598,50
Mapfre	272,82	1.296,26
ACIS	0,00	6.315,67
Ocidental	61.421,60	61.722,08
Unlimitedcare	419,33	328,74
FAP	0,00	37.500,00
TPD	0,00	160.088,60
Recibos	272.580,11	24.456,40
Reg. Diversas	0,00	109,11
AIG	0,01	0,00
Chartis	1.276,08	0,00

(Valores em Euros)

12.5 Outros Gastos e Perdas

NOME	VALOR
Impostos	19.179,09
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	7.696,65
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	68.343,80
Outros Não especificados	15.132,93

(Valores em Euros)

12.6 Fornecimentos e Serviços Externos

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Serviços especializados	88.079,58	119.643,85
Trabalhos especializados	41.809,65	46.884,10
Publicidade e propaganda	1.627,57	1.860,38
Vigilância e segurança	1.496,84	1.657,38
Honorários	32.417,25	37.218,44
Comissões	-	6.398,54
Conservação e reparação	1.964,76	19.432,98
Outros	8.763,51	6.192,03
Materiais	18.763,36	39.073,43
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	540,43	10.818,77
Livros e documentação técnica	297,05	4.682,94
Material de escritório	11.175,56	16.454,73
Artigos para oferta	6.750,32	7.116,99
Energia e fluidos	18.796,22	26.451,09
Eletricidade	8.482,15	7.866,76
Combustíveis	8.632,04	16.667,05
Água	1.682,03	1.847,66
Outros	-	69,62
Deslocações, estadas e transportes	23.264,36	43.792,08
Deslocações e estadas	21.148,50	40.813,89
Transportes de pessoal	23.264,36	43.792,08
Deslocações e estadas	21.148,50	40.813,89
Transportes de pessoal	1.580,56	1.872,82
Transportes de mercadorias	535,30	1.105,37
Serviços diversos	176.513,00	191.215,86
Rendas e alugueres	91.697,62	96.403,53
Comunicação	34.134,26	39.149,84
Seguros	19.583,71	18.850,00
Contencioso e notariado	1.644,00	3.174,22
Despesas de representação	15.802,00	10.654,70
Limpeza, higiene e conforto	3.380,94	6.906,19
Outros serviços	10.270,47	16.077,38
TOTAL	325.416,52	420.176,31

(Valores em Euros)

12.7 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Gastos com o pessoal	480.883,42	605.823,09
Remunerações dos órgãos sociais	49.000,00	112.000,00
Remunerações do pessoal	333.519,13	373.059,42
Indemnizações	4.107,96	600,00
Encargos sobre as remunerações	89.917,83	114.839,19
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.881,36	2.259,58
Outros gastos com o pessoal	1.457,14	3.064,90

(Valores em Euros)

13. Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

13.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os Honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC. Lda., relativos ao exercício de 2016 foram de €1.230,00.

13.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

13.3 Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2016

Os resultados de 2016, deverão ser aplicados em Resultados Transitados, por forma a dar cumprimento à estratégia definida pela Administração relativa ao cumprimento do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

14. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Efeitos do artigo 4º da Norma

Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dez

14.1 Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dez.

a) Políticas Contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A., reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

REMUNERAÇÕES POR NATUREZA (€)	31-12-16	31-12-15
Numerário	962.787	979.174
Espécie	0	0
TOTAL:	962.787	979.174
REMUNERAÇÕES POR TIPO (€)	31-12-16	31-12-15
Comissões	962.787	979.174
Honorários	0	0
Outras Remunerações	0	0
TOTAL:	962.787	979.174

(Valores em Euros)

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida" e "Não Vida", e por origem

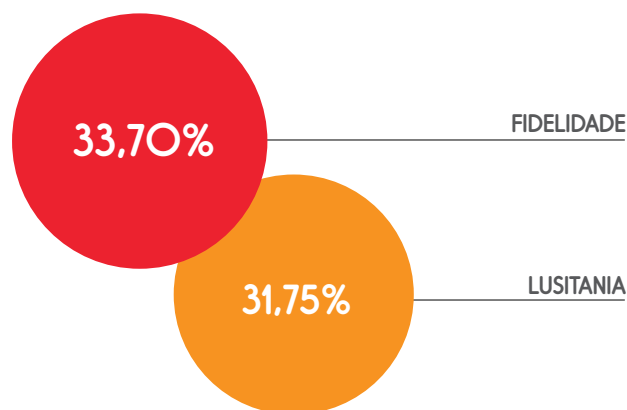
A desagregação foi a seguinte:

REMUNERAÇÕES POR RAMO (€)	31-12-16	31-12-15
Não Vida	957.436	973.589
Vida	5.351	5.585
TOTAL:	962.787	979.174
REMUNERAÇÕES POR ORIGEM (€)	31-12-16	31-12-15
Empresas de Seguros	962.787	979.174
Outros Mediadores	0	0
Clientes	0	0
TOTAL:	962.787	979.174

(Valores em Euros)

d) Níveis de concentração, iguais os superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira

O total de remunerações, iguais ou superiores a 25%, apenas se verificou relativamente às seguintes empresas de seguros:



e) Contas a receber e a pagar desagregada por origem

SALDO CONTABILÍSTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-16		31-12-15	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Tomadores de Seguro, Segurados ou Beneficiários	-	-	-	-
Empresas de seguros	485.025,68	1.383.529,88	621.939,85	1.108.582,30
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Outros	595.722,76	63,85	571.065,67	206.465,66
TOTAL	1.072.728,44	1.439.332,90	1.197.274,21	1.407.871,35

(Valores em Euros)

f) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

SALDO CONTABILÍSTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-16		31-12-15	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Por natureza				
TOTAL	1.072.728,44	1.439.332,90	1.197.274,21	1.407.871,35

(Valores em Euros)

	31-12-16		31-12-15	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.	-	-	-	-
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros.	-	-	-	-
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.	485.025,68	1.383.529,88	621.939,85	1.108.582,30
Outras quantias	595.722,76	63,85	571.065,67	206.465,66

(Valores em Euros)

g) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Sem aplicação durante este exercício.

h) Transmissões de carteiras de seguros

Neste exercício não se efectuou nenhuma transmissão de carteira.

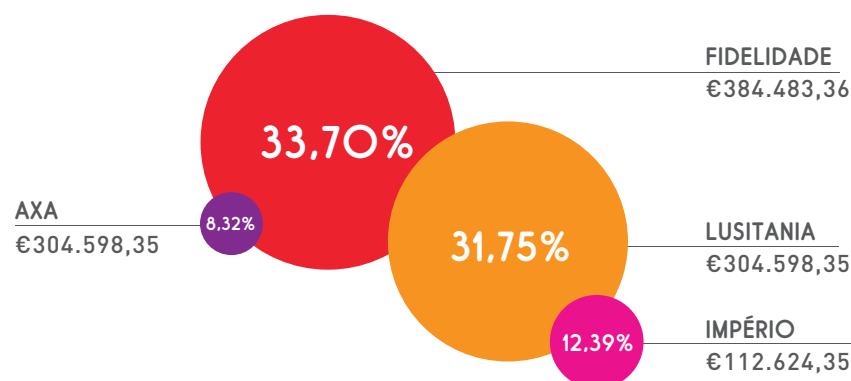
i) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientela

Sem aplicação durante este exercício.

j) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante este exercício.

k) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações



l) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar.

Balanco (modelo normal) em 31/12/2016

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos e tangíveis	8	227.761,54	265.888,23
Ativos intangíveis	7	396,46	1.693,93
Outros ativos financeiros		1.386,50	1.547,54
		229.544,50	269.129,69
Ativo corrente			
Estado e outros entre públicos	10		3.315,67
Outras contas a receber	12	1.072.728,44	1.197.274,21
Diferimentos		15.340,93	10.960,25
Caixa e depósitos bancários	4	155.337,41	129.843,56
		1.243.406,78	1.341.393,69
TOTAL DO ATIVO		1.472.951,28	1.610.523,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos capital próprio	12	160.000,00	160.000,00
Reservas legais		14.682,41	14.682,41
Outras reservas		5.354,98	5.354,98
Resultados transitados		(401.112,59)	(203.810,10)
Excedentes de reavaliação		3.327,43	3.327,43
Resultado líquido do período		15.598,13	(197.302,49)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		(152.149,64)	(167.747,77)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos	9;12	35.282,23	143.369,07
		35.282,23	143.369,07
Passivo corrente			
Fornecedores	12		14.445,43
Estado e outros antes públicos	10		46.673,81
Financiamentos btidos	9		159.137,14
Outras contas a pagar	12		747.055,84
		1.589.818,69	975.769,57
TOTAL DO PASSIVO		1.625.100,92	1.119.138,64
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.472.951,28	951.390,87

(Valores em Euros)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.472.951 euros e um total de capital próprio negativo de 152.150 euros, incluindo um resultado líquido de 15.598 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

À data de 31.12.2016 o capital próprio da sociedade, negativo de € 152.150, encontrava-se reduzido a menos de metade do capital social no valor de € 50.000, não observando as exigências do estipulado no artº 35º do CSC. Para dar cumprimento a esta exigência formal a Administração deliberou na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício proceder e formalizar nesta data a um reforço dos seus capitais próprios pelo valor de €180.000 realizado em dinheiro com a entrada de um novo acionista.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Assinado e rubricado pelo Auditor
Responsável pela Auditoria

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de Maio de 2017

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'JPS' or similar, written over a light blue horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)

MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2016

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A., durante o exercício de dois mil e dezasseis, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o Relatório de Gestão, as contas do exercício e emitimos a Certificação Legal das Contas, que aqui se dá por reproduzida.

Para o Fiscal Único merece ser destacado o seguinte:

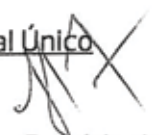
- O ligeiro decréscimo do volume de negócios de 1,7%, em relação ao ano de 2015;
- O cash-flow gerado de 43 mil euros;

Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia – Geral anual:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no Relatório de Gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 30 de Maio de 2017

O Fiscal Único


Joaquim Patrício da Silva
(ROC nº 320)
em representação de
RSM & ASSOCIADOS – SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 21

mse-seguros.pt

Av. Conde Valbom, n.º1 A
1050-066 Lisboa
+351 210 998 406
administrativo@mse-seguros.pt